

NOTAS E INFORMAÇÕES

O escárnio das emendas PIX



*Nem mesmo o Portal da
Transparência é capaz de identificar
em que foi usado o dinheiro*

O Portal da Transparência, o site do governo federal com acesso livre e que, ao menos em tese, serve de instrumento a qualquer cidadão para monitorar para onde e como o dinheiro público é utilizado,

incorporou um ambiente específico para o acompanhamento das chamadas “emendas PIX”. O que a princípio parecia ser um bom sinal em direção à lisura dos gastos públicos revelou-se a comprovação cabal da opacidade em relação à aplicação de bilhões destinados por parlamentares a seus redutos eleitorais.

Como revelou a *Coluna do Estadão*, a ferramenta permitirá saber qual parlamentar indicou o recurso e a prefeitura ou Estado que o recebeu. Mas a finalidade para a qual se destina o dinheiro público continuará um mistério. E não é pouco dinheiro: para este ano, um terço do que senadores e deputados programaram em emendas individuais, ou R\$ 8,2 bilhões, é referente à modalidade “transfêrencia especial”, apelidada de “PIX” pela facilidade com que sai da conta do erário e entra na conta do beneficiário.

No caso, o apelido nada tem de meritório. Ao contrário. Se nem o Portal da Transparência é capaz de esclarecer em que é aplicado o dinheiro que os parlamentares usam para irrigar suas bases, o descontrole está consagrado; e a incompetência de fiscalizar, sacramentada. Largamente utilizadas nos últimos quatro anos a pretexto de “desburocratizar” o processo de financiamento público, as “emendas PIX” na verdade são o estado da arte da desfaçatez.

Nada tem de desburocratizar uma medida desenhada para driblar filtros criados justamente para zelar pelo uso de recursos públicos, depois dos diversos escândalos de corrupção e desvios. Desde as fraudes

cometidas pelos infames “anões do Orçamento”, no fim dos anos 1980, são inúmeros os exemplos de uso indevido de verbas públicas.

Mas não é apenas a potencial corrupção que torna a transparência obrigatória. É preciso que os cidadãos sejam capazes de avaliar se a obra para a qual se destinam os recursos escassos é realmente necessária e se está de acordo com as reais prioridades do País – e não com os interesses parquiais dos caciques de Brasília e seus apadrinhados regionais.

Com as “emendas PIX”, o dinheiro chega às prefeituras e administrações estaduais antes mesmo das licitações, ou até mesmo sem que existam quaisquer projetos ou programas de política pública, o que é claramente um absurdo. A prestação de contas, bem como a elaboração de métricas para saber se o dinheiro foi de fato bem aplicado, não é um favor, mas uma obrigação.

A transparência é o principal obstáculo à corrupção. Já a discricionariedade, caso das emendas parlamentares, costuma ser uma espécie de convite ao desvio. Portanto, se é concedido o poder de decidir para onde serão encaminhados os recursos, quanto mais clareza houver no procedimento, menores serão as chances de desvio.

Por razões evidentes, as “emendas PIX” são um estrondoso sucesso. No ano eleitoral de 2020, elas somaram R\$ 621 milhões. Neste ano, que também é de eleição, o valor é 13 vezes maior. E nada faz supor que vai parar por aí. ●

Poderes

Apesar de cobrança feita por Lira, Saúde empenha 98% das emendas

No Orçamento de 2023, ministério tinha R\$ 15,03 bilhões, dos quais R\$ 14,7 bilhões foram reservados para pagamento

ANDRÉ SHALDERS
BRASÍLIA

O pagamento de emendas parlamentares por parte do Ministério da Saúde em 2023 ficou dentro da média da pasta nos últimos cinco anos, segundo dados do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (Siop) e do Siga Brasil consultados pelo **Estadão**. No ano passado, o ministério reservou para pagamento 98% do total disponível em emendas parlamentares de todos os tipos: individual, de bancada e de comissão. Foram empenhados R\$ 14,7 bilhões.

O quadro é parecido com as verbas remanescentes do orçamento secreto, que, em 2019, passaram a ser administradas pelos próprios ministérios e carimbadas com o código RP-2 (verbas discricionárias). No Ministério da Saúde, essas verbas somaram R\$ 2,67 bilhões em 2023, dos quais R\$ 2,4 bilhões (91%) foram pagos, segundo informações do Siga Brasil. do Senado.

No começo deste mês, o presidente da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), formulou requerimento de informações à ministra da Saúde, Nísia Trindade, questionando critérios da pas-

ta para alocar recursos nos Estados e municípios. O requerimento foi iniciativa dele e dos líderes de seis partidos: PDT, Republicanos, União Brasil, PSDB, Podemos e PL.

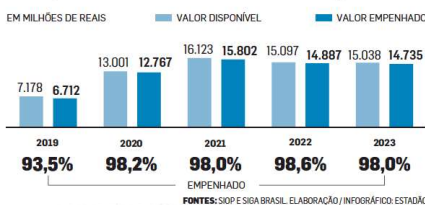
QUESTIONAMENTOS. “Há distinção na composição dos textos de Atenção Primária (PAP) e Médica e Alta Complexidade (MAC) referentes às emendas parlamentares e os recursos de transferências próprios deste ministério?”, diz uma das sete perguntas incluídas no requerimento de Lira. O pedido de informações foi elaborado após líderes partidários questionarem suposta falta de pagamento de emendas na pasta, e reforça o clima de insatisfação dos congressistas com o veto do presidente Luiz Inácio Lula da Silva a R\$ 5,6 bilhões em emendas de comissão no Orçamento de 2024.

Há também a suspeita, por parte dos deputados, de que prefeituras do PT estejam sendo privilegiadas na distribuição dos recursos. Emendas parlamentares são pequenas modificações feitas por deputados e senadores ao texto da Lei Orçamentária Anual (LOA), para enviar recursos a municípios onde têm votos. O dinheiro é usado para custear serviços, inclusive de saúde, e pagar obras, como pavimentação de vias, e equipamentos.

Técnicos da Câmara dos Deputados e do Ministério da Saúde se reuniram anteontem para esquadriñar a distribuição das emendas da área da Saúde.

RECURSOS

Execução de emendas no Ministério da Saúde, por ano



PRESSÃO. Em seu discurso na abertura do ano legislativo, no último dia 5, Lira disse que o Orçamento da União "não é nem pode ser de autoria exclusiva do Executivo e muito menos de uma burocracia técnica, que, apesar do seu preparo, não foi eleita para escolher as prioridades da Nação".

'Jogo zerado'
Após discurso duro de Arthur Lira na abertura do ano legislativo, deputado se reuniu com Lula

Os técnicos, afirmou o deputado, não gastam “a sola do sapato percorrendo os pequenos municípios brasileiros como nós senadores e deputados”. Lira cobrou o governo pela manutenção de acordos firmados em 2023, que, segundo ele, estariam sendo descumpridos. “Não faltamos ao governo e es-

peramos respeito e compromisso com palavra dada”, declarou o presidente da Câmara. Em 2022, uma série de reportagens do **Estadão** mostrou como o Congresso puniu com menos verbas as cidades que votaram em candidatos ao Parlamento derrotados e, por consequência, ficaram sem representantes na Câmara.

Na semana passada, Lula e Lira se reuniram e fizeram promessa mútua de melhorar a relação. A interlocutores, o deputado disse que o resultado da conversa no Palácio da Alvorada vai além de um armistício e que garantiu ao petista que “o jogo está zerado”.

Os dois combinaram de intensificar os contatos, telefônicos ou presenciais, após Lira romper com o ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha. Durante o café da manhã, o diálogo teve dois focos. Lula quis saber por que o presidente da Câmara elevou

tanto o tom no discurso de abertura do ano Legislativo. Do parlamentar, ouviu uma série de queixas.

No Orçamento do ano passado, o Ministério da Saúde tinha R\$ 15,03 bilhões em emendas parlamentares de todos os tipos. Desse total, R\$ 14,7 bilhões (98%) foram empenhados. R\$ 12,6 bilhões foram liquidados, ou seja, o serviço em questão foi entregue pelo fornecedor, e R\$ 12,5 bilhões foram efetivamente pagos pela União (83,8%). Os percentuais de 2023 são parecidos com aqueles dos últimos cinco anos, durante a gestão de Jair Bolsonaro (PL).

CONTROLE. Um dos signatários do pedido de informações ao Ministério da Saúde, o líder do PDT, Afonso Motta (RS), negou que o requerimento tenha sido motivado por insatisfação com o pagamento de emendas. "O requerimento pede esclarecimentos em relação às emendas que foram pagas. Quantas foram, para quem foi. Porque aqui o controle da Câmara não consegue fazer essa avaliação. Não firmamos o requerimento com o propósito de cobrar emenda não paga. Isso é outra questão", disse ele.

Segundo um representante do Ministério da Saúde ouvido sob condição anônimo, a pasta seguiu no ano passado o mesmo procedimento usado há décadas para destinar recursos aos municípios – critérios que são públicos e conhecidos de todos. Os questionamentos de Lira e dos deputados podem ser respondidos com informações públicas, disponíveis no site do Ministério da Saúde, de acordo com ele.

Procurada por meio da assessoria de imprensa, o Ministério da Saúde disse que não iria se manifestar oficialmente. ●